

O Movimento de Mulheres #EleNão: Reflexões sobre Feminismos na Era Digital¹

The #NotHim Women's Movement: Reflections on Feminisms in the Digital Age

Marluce Dias Fagundes,² UNISINOS

Resumo

O presente artigo busca compreender e historicizar o movimento de mulheres brasileiro de 2018 - #EleNão - difundido pelas redes sociais. Tal fato levou milhares de mulheres às ruas das principais cidades do Brasil. Tendo como principal fonte oriunda da Internet o grupo *Mulheres unidas contra Bolsonaro*, que chegou a contar com 2,5 milhões de membros, nos dias anteriores ao primeiro ato realizado em 29 de setembro de 2018. Com isso, este ensaio aborda as discussões sobre uma suposta quarta onda dos feminismos, a qual está inteiramente ligada ao uso das redes sociais e da internet como meio de organização, divulgação e propagação desses movimentos; também, se debruça a discutir brevemente o avanço da extrema direita nos países ocidentais, em especial o Brasil e a América Latina; e, por fim analisa o primeiro ato e algumas das motivações que levaram a sua ocorrência.

Palavras-chave: Feminismos; #EleNão; Fontes Digitais.

Abstract

This article seeks to understand and historicize the 2018 Brazilian women's movement - #EleNão - disseminated by social media. This movement led thousands of women to the streets of the main cities in Brazil. It had as its main digital source the group *Mulheres unidas contra Bolsonaro*, which reached 2.5 million members in the days prior to the first act held on September 29, 2018. Thus, this essay addresses the discussion about a supposed fourth wave of feminisms, which is entirely linked to the use of social media and the internet as a means of organization, dissemination and propagation of these movements. It also focuses on briefly discussing the advance of the far right in Western countries, especially Brazil and Latin America. Finally, it analyzes the first act and the motivations that led to its occurrence.

Keywords: Feminisms; #EleNão; Digital Sources.

Introdução

No ano de 2018 ocorreram manifestações organizadas por movimentos sociais historicamente atuantes, tais como as oriundas dos feminismos, porém, não só esses sujeitos colocaram seus “corpos em aliança” (BUTLER, 2019) nas redes sociais e nas ruas. Podem-se destacar três importantes atos ocorridos naquele ano, sendo eles: o 8 de março (8M); aqueles

¹ A primeira versão deste ensaio foi escrita como parte da avaliação da Disciplina *Tópicos Especiais de História II: Novas abordagens para novas fronteiras temáticas, disciplinares, espaciais e documentais na história*, ministrada pelo Profº Hernán Ramiro Ramírez, no PPG em História da Unisinos, no primeiro semestre de 2019.

² Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e bolsista integral CAPES/PROSUC. Integrante do Grupo de estudos e pesquisa sobre Gênero e História IFCH/UFRGS (GENHI/CNPq) e pesquisa os seguintes temas: Violência de Gênero; História da Justiça; Teorias Feministas. E-mail: malufagundes@gmail.com.

sucedidos após o assassinato de Marielle Franco, em 14 de março do mesmo ano; e, as manifestações pelo #EleNão, durante a campanha eleitoral à presidência de Jair Bolsonaro.

De maneira breve, mas não desmerecendo o grau de mobilização e de abalo estrutural das duas primeiras manifestações destaco alguns pontos pertinentes para a análise. O #8M, como foi difundido pelas redes sociais em 2018, foi uma greve internacional de mulheres ou considerado como uma greve feminista internacional, no dia que se comemora o Dia Internacional da Mulher. Como principal reivindicação estava, e, ainda está no cerne da questão feminista, o enfrentamento às violências e o reconhecimento da centralidade da reprodução social para a luta anticapitalista (MELO, 2020).³

Poucos dias após essas manifestações, mulheres brasileiras saíram às ruas novamente, nesta ocasião a motivação foi o assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL/RJ), “mulher negra, lésbica e periférica” – nascida e criada na Favela da Maré no Rio de Janeiro. Os atos foram replicados em outras cidades pelo Brasil, além da capital carioca. Como destacado por Flávia Melo, o episódio foi protagonizado por mulheres negras que “ocuparam as ruas e praças de todo o país para reivindicar o luto e a apuração do assassinato de Marielle Franco” (MELO, 2020, p. 10). Os dois eventos foram destacados, pois estão imbricados com o terceiro ato, o qual será analisado ao longo do artigo.

Seis meses após os eventos já ditos, pode ser presenciada “a maior mobilização de rua da recente história brasileira” (MELO, 2020, p. 3), tratava-se do movimento #EleNão. No sábado, 29 de setembro de 2018, milhares de mulheres convocadas por outras mulheres foram às ruas de mais de cem (100) cidades brasileiras em forma de repúdio as atitudes e declarações, sobretudo as de cunho machista, misógino e racista do então candidato à presidência da república pelo Partido Social Liberal (PSL), Jair Bolsonaro.⁴ Embora o movimento tenha se iniciado pelas demandas das mulheres, nos atos se somaram outras reivindicações e outras frentes, como é o caso da defesa pela democracia e dos direitos humanos – tais questões, também, ameaçadas naquele momento, em análise das declarações de Bolsonaro.

Para o presente ensaio procura-se entender a partir da historiografia feminista e da abordagem da História Digital, o desenvolvimento das manifestações do #EleNão, e disseminadas nas redes sociais, como o *Facebook* e o *Twitter*. Assim, o enfoque da análise

³ A importância desse #8M é refletida no ano seguinte, quando é lançado, paralelamente em 8 países, o Manifesto Feminismo para os 99% (ARRUZZA, BHATTACHARYA; FRASER, 2019), como parte das ações da Greve Internacional das Mulheres.

⁴ Jair Bolsonaro foi parlamentar por três décadas e Ex-Oficial do Exército, tendo realizado a sua formação nas Forças Armadas entre as décadas de 1970 e 1980. Durante toda a sua vida parlamentar foi “notabilizando-se pela sua agressividade” em seus discursos (MIGUEL, 2021, p. 3).

são as postagens do grupo *Mulheres Unidas contra Bolsonaro*,⁵ que chegou a somar quase 3 milhões de participantes nas primeiras semanas após a sua criação (CORREIO BRAZILIENSE, 2018).

Sobre o fenômeno da Internet pode-se observar que o mesmo configura-se como um exemplo de uma nova mídia presente na vida das pessoas, o qual modifica e é modificado pelas relações e que pode ser usada como fonte de pesquisa por historiadores/as e afins, pois a popularização deste meio de comunicação veio a ampliar - ou ao menos facilitar o acesso - o campo das relações humanas, tanto nos aspectos político-estatais, quanto no campo das transações econômicas e comerciais, chegando até as relações pessoais e afetivas (CALDEIRA NETO, 2009, p. 6).

Segundo o historiador Odilon Caldeira Neto (2009), no Brasil os fóruns de discussão e as páginas de relacionamento são um fenômeno em alto crescimento. Estes sites possibilitam que qualquer usuário crie comunidades e/ou grupos sobre temas específicos, sendo capazes de promover um espaço de interação entre pessoas que reúnem os mesmos gostos e opiniões, estabelecendo assim uma possibilidade de pesquisa. Esse é o caso do grupo do *Facebook Mulheres unidas contra Bolsonaro*, criado com o propósito de congregar pessoas com opiniões que rechaçassem as propostas e discursos feitos pelo então candidato Jair Messias Bolsonaro.

Para este artigo, é compreendida a noção de “documento digital”,⁶ como afirmado pelo historiador Fábio Chang de Almeida como “aquele documento – de conteúdo tão variável quanto os registros da atividade humana possam permitir – codificado em sistema de dígitos binários, implicando na necessidade de uma máquina para intermediar o acesso às informações” (ALMEIDA, 2011, p. 17). A utilização de fontes produzidas no meio digital de maneira primária fortalecem, de certa maneira, as áreas da pesquisa histórica ligadas à história recente.

Desta forma, foram analisadas as postagens do grupo do *Facebook Mulheres contra Bolsonaro*, publicadas entre o dia de sua criação em 15 de setembro de 2018 até o final de outubro de 2018. Para a análise do conteúdo selecionado, utilizou-se a tecla *Print Screen* (ou

⁵ Esse foi o segundo grupo criado com esse propósito, o primeiro chamado *Mulheres contra Bolsonaro* teve o acesso das administradoras e mediadoras bloqueado, devido à invasão de *hackers* naquele período. O grupo é privado, sendo assim o acesso é livre para as participantes aceitas.

⁶ Pode-se atribuir dois tipos de documentos digitais, o primeiro é o arquivo digitalizado, que aquele que existe previamente em formato físico e posteriormente, é transformado em digital; o segundo, é o arquivo nascido digital - disponíveis na internet, são originalmente digitais – “isto é, foram produzidos nas e para as redes” (LAITANO, 2021, p. 24). Uma discussão mais aprofundada sobre a História Digital, suas abordagens, possibilidades e fontes pode ser encontrada nos artigos publicados no Dossiê *História digital: una apuesta del siglo XXI* (2018), organizado pelos historiadores Anaclet Pons y Matilde Eiroa.

PrtScr) do teclado, pois a mesma ao ser pressionada captura a imagem da tela do computador, desenvolvendo uma “espécie de fotografia dos aplicativos em execução” (CALDEIRA NETO, 2009). Esse recurso metodológico foi usado como uma maneira rápida e segura de salvar o documento digital e objeto de análise. Também recorreremos às fontes digitais vinculadas em sites eletrônicos da mídia nacional.

Como já afirmado, o estudo está ancorado nos debates trazidos pelas teorias feministas e dos estudos de gênero, embora concorde que o objeto de análise dessa investigação não se configure como um movimento exclusivamente feminista, mas como um movimento de mulheres de diferentes vertentes políticas e ideológicas. Como definido pela historiadora e cientista política Céli Pinto, em entrevista ao *BBC News Brasil*, “o #EleNão é um significante cheio de significados” (ROSSI; CARNEIRO; GRAGNANI, 2018), capaz de ter englobado todo o espectro político de anarquistas, torcidas organizadas de futebol, alguns grupos de evangélicos, “policiais contra o fascismo” (como identificado nas cidades do Rio de Janeiro, de Recife e de Natal), artistas da rede Globo e internacionais até os sujeitos removidos de comunidades cariocas. No entanto, o que conecta esse movimento aos feminismos é o domínio da sua organização via redes sociais, as quais foram fundamentais para ele chegar às ruas, transformando o velho lema feminista “o pessoal é político” em “o doméstico é público”, como salientado por Flávia Melo (2020).

Destaco que não é a primeira vez que um movimento de caráter feminista foi impulsionado pelas redes sociais no Brasil. Em março de 2014, a #NãoMereçoSerEstuprada surgiu como uma das primeiras *hashtags* feministas de alcance nacional. Outras como #PrimeiroAssédio e #MeuAmigoSecreto também tiveram uma popularização muito grande entre mulheres de todo país. Contudo, diferente desses movimentos que sucederam genuinamente nas redes sociais, o #EleNão alcançou atos em diferentes lugares do mundo, sendo capaz de reunir milhares de mulheres defendendo a mesma causa, e, sendo por esse motivo é que este artigo, também busca contribuir para as discussões sobre uma história recente dos movimentos sociais e feminismos.

Nas próximas seções analiso a noção do desenvolvimento de uma quarta onda feminista, além do avanço da extrema-direita dentro de um contexto internacional, o qual permitiu que candidatos como Bolsonaro chegassem às primeiras colocações durante a campanha e fossem até eleitos. E por fim, a análise das manifestações do dia 29 de setembro de 2018 e das possíveis motivações que as originaram.

A quarta onda dos Feminismos: “mulheres fortes puxam as outras para cima”

Na década iniciada em 2010, os feminismos eclodiram com uma força não vista há algum tempo. Talvez esse entusiasmo esteja crescendo graças ao uso das plataformas digitais e das redes sociais, ambientes que são encontradas as comunidades, os fóruns de discussões, os blogs e os sites dedicados à temática. Nesses espaços virtuais são promovidas denúncias quanto às hierarquias de gênero, responsáveis por colocarem homens e mulheres, homens e mulheres, mulheres e mulheres, e outras minorias em desigualdades e inseridas dentro de uma lógica binária. Todo esse momento, já é considerado, por parte da academia, como uma quarta onda⁷ dos feminismos. Contudo, antes de me deter as principais ideias sobre as ondas feministas, recorro ao alerta sobre o termo feminismo feito pela historiadora Yasmine Ergas:

O feminismo não é um substantivo cujas propriedades possam ser definidas de forma exata e definitiva, poder-se-ia dizer, antes, que o termo feminismo indica historicamente conjuntos variados de teorias e práticas centradas em volta da constituição e da legitimação dos interesses das mulheres. Nesta perspectiva, o que o feminismo é, ou foi, é mais uma questão histórica do que uma questão de definição (ERGAS, 1991, p. 588).

Sendo uma questão histórica a definição de feminismo, ou melhor, dos feminismos é apresentada brevemente algumas ideias sobre o percurso de cada *onda*. O termo *onda feminista* se refere ao tempo histórico em que houve efervescência acentuada de determinadas pautas e problemáticas das mulheres, as eram agentes dos debates emancipatórios, de liberdade e de direitos. No entanto, o uso desse termo não está limitado a um espaço temporal fixo, pois, os processos ocorrem em momentos e lugares diferentes levando em conta as particularidades de cada uma.

A *Primeira Onda* do Feminismo pode ser compreendida como tendo ocorrido em meados dos séculos XVIII e XIX,⁸ inicialmente em países como a Inglaterra, a França e os Estados Unidos. Os pontos de discussão e articulação, nesse momento, eram os direitos civis, sobretudo os direitos políticos, mulheres desses países buscavam seu direito ao voto e de ser votada, assim como os direitos à educação e ao trabalho, ou seja, a garantia de uma cidadania plena. No entanto, no caso dos Estados Unidos, parte do movimento feminista também se empenhava na luta abolicionista. Algumas mulheres negras, nessa mesma época, lutavam pelo

⁷ Outra parte da historiografia sobre a divisão dos feminismos em “ondas” abarca o que Natalia Pietra Méndez defende que os feminismos no Brasil “não possuem uma evolução linear”. E ainda, “considerá-lo como um movimento organizado cronologicamente em algumas etapas ou ondas pode trazer dificuldades para compreender as diferentes expressões feministas ao longo do tempo” (MÉNDEZ, 2018, p. 17).

⁸ Identificamos como as precursoras do feminismo ainda no século XVIII, as ideias emancipacionistas de mulheres como a inglesa Mary Wollstonecraft (1759-1797) autora da obra “Reivindicação dos direitos da mulher” (1792); e, da francesa Olympe de Gouges (1748-1793). Ambas participaram ativamente da vida política dos seus países, como defensoras dos direitos das mulheres e como abolicionistas (SCOTT, 2002).

direito que seus semelhantes fossem reconhecidos como seres humanos, e não mais como propriedades e escravizados.⁹

No Brasil, os primeiros ensaios de um pensamento feminista iniciam no final do século XIX, através de publicações em periódicos, sobretudo de mulheres escritoras a respeito de suas inquietações sobre a condição feminina. Enquanto, a articulação de um movimento feminista é atribuída primeiramente à luta de mulheres, como Nísia Floresta e Bertha Lutz, pelo direito ao voto, o qual chega a ser aprovado em 1932, no governo de Getúlio Vargas, pelo acesso à educação e a independência da mulher, através do trabalho, “de acordo com as correntes mais inovadoras do feminismo naquele momento” (SOIHET, 2013, p. 61).

A *Segunda Onda* do feminismo é inaugurada com a publicação do *Segundo Sexo*, da filósofa francesa Simone de Beauvoir, em 1949, e consolidada na década de 1960. Beauvoir desafiou as ideias relacionadas às mulheres, que até então não tinham sido questionadas amplamente, como a sexualidade, a maternidade, a velhice feminina, o mercado de trabalho, o espaço doméstico, entre outros. As feministas ocidentais preocupavam-se muito com a ideia de corpo feminino e, com o amadurecimento das teorias de Beauvoir, sendo que em maio de 1968, no concurso *Miss America*, protestaram contra a exploração comercial dos corpos femininos (SILVA, 2019, p. 14). Nesse contexto se introduz o lema feminista “o pessoal é político”,¹⁰ momento que o movimento feminista “alertava as mulheres acerca do caráter político de sua opressão, vivenciada de forma isolada e individualizada no mundo privado, e cujas mazelas eram identificadas como meramente pessoais” (SOIHET, 2013, p. 125).

Entre a década de 1980 e 1990, os movimentos feministas aprofundam os debates levantados nos anos anteriores, com o propósito de compreender os papéis e as funções atribuídas às mulheres na sociedade com base nas suas condições sociais e consideradas além de um sentido universalizante do ser mulher. A *Terceira onda* nasce a partir das críticas feitas, sobretudo, por mulheres lésbicas, mulheres da classe trabalhadora e mulheres negras que dão início ao que pode ser chamado de feminismo identitário. Portanto, é nessa onda que incorporada as diferentes identidades femininas e feminizadas, entendendo que as opressões sociais – mesmo que baseadas no gênero – atingem de maneiras distintas as mulheres, que são atravessadas por outras intersecções como a raça, a etnia, a sexualidade, a classe e a geração.

O fenômeno da internet causou uma revolução em relação aos meios de comunicação,

⁹ Como o caso de Sojourner Truth que discursou na *Women’s Rights Convention* em Akron, na cidade Ohio/EUA, em 1851. Truth nasceu escrava em Nova Iorque, sob o nome de Isabella Van Wagenen, em 1797, foi tornada livre em 1787, em função da Northwest Ordinance, que aboliu a escravidão nos Territórios do Norte dos Estados Unidos (ao norte do rio Ohio) (DAVIS, 2016, p. 70).

¹⁰ O artigo não dá conta de discutir todas as vertentes teóricas dos feminismos inaugurados a partir da década de 1960 no Ocidente, sobre o tema ver Joan Scott (1995), entre outras.

e os feminismos não demoraram em ocuparem esse espaço. A *Quarta onda* dos Feminismos, e não mais feminismo, atende ao “reaparecimento” do interesse pelos debates que o permeiam e, está associada ao uso das plataformas de redes sociais – como o *Facebook*, *Twitter*, *Instagram*, *Youtube* e *Tumblr* (SILVA, 2019, p. 24). O avanço das tecnologias de informação e comunicação, permitiram denunciar a misoginia, o sexismo, a LGBTfobia, o racismo, entre outros tipos de desigualdades de gênero e de outros demarcadores sociais. A popularização da internet tem influência primordial a esse “reaparecimento”, uma vez que vozes de diferentes grupos passaram a ser ouvidas, uma vez que estiveram ausentes de representação em espaços de poder.

No Brasil, algumas teóricas dos estudos feministas identificam como a quarta onda, os movimentos que explodiram a partir de 2013, quando diferentes mulheres foram às ruas e utilizaram a internet para contestar contra medidas reacionárias que estavam sendo propostas na Câmara dos Deputados. Essas medidas afetavam direitos historicamente conquistados pelas mulheres, sobretudo os relacionados à saúde, à educação e à segurança. É o caso, por exemplo, do projeto de lei do então deputado federal Eduardo Cunha, que previa o fim da pílula do dia seguinte nas unidades de saúde em casos de estupro (BRASIL, 2013a).

Segundo Heloísa Buarque de Hollanda e Maria Bogado, “as marchas permitiram novas formas políticas de afeto, no sentido de afetar e ser afetado pela multidão” (HOLLANDA; BOGADO, 2018, p. 24). Para essas autoras, a coletividade se sobressaía à ação individual nas experiências dos protestos de junho de 2013, o que preocupava a grande mídia e a própria polícia quando tentava localizar as lideranças políticas dentro desses movimentos, “[...] o que estava ali era uma visível autonomia dos participantes, que não dependiam exclusivamente do sistema político e operavam também por meio das ações diretas e dos debates e laços criados na ação coletiva dos espaços públicos” (HOLLANDA; BOGADO, 2018, p. 27).

Compreender os movimentos feministas a partir da ideia de *onda*, não significa que cada uma delas tiveram um início e um final idênticos, pois existe uma continuidade fluída. Ao analisar o caso do sufrágio universal, por exemplo, nem todos os países do ocidente aprovaram no final do século XIX ou início do século XX o direito ao voto e de ser votada de/por mulheres. E, se a comparação incluir os casos de países do Oriente Médio, como a Arábia Saudita que somente em 2015 permitiu que mulheres votassem a partir das eleições daquele ano, a discrepância é ainda maior. Em relação ao Brasil, a segunda e a terceira *onda* ocorrem quase que paralelamente, e são extremamente ligadas ao contexto político da década de 1970. Muitas feministas brasileiras, como Amelinha Teles, assumem a bandeira feminista

enquanto também são ativistas de esquerda na luta contra a ditadura civil-militar, e mais tarde pela Anistia. Portanto, o termo *onda*, também, se insere num movimento de “vai e vem sem fim” e com momentos próprios de efervescência “quando a onda cresce” – sendo nesse instante que os movimentos feministas surgem (TELES, 2010).

Os movimentos feministas na contemporaneidade, principalmente entre mulheres jovens, fazem o uso maciço da internet como meio de denúncia, divulgação e de propostas de ações. Esse fato, também, fez com que mulheres das camadas periféricas se aproximassem e passassem a atuar na luta pela garantia de direitos conquistados, as quais, muitas vezes, são as primeiras a perderem com o avanço das políticas neoliberais e reacionárias, oriundas de governos de direita e de extrema-direita. A tecnologia digital aproximou milhares de mulheres em 2018, de uma maneira inédita, capaz de ter levado às ruas mulheres que não se inseriam propriamente nos debates feministas, mas que foram capaz de dizer #EleNão publicamente e coletivamente, se tornando “corpos aliançados” e como afirma, o lema feminista atual disseminado nas redes sociais: “que uma mulher forte puxa as outras”.

O avanço da extrema direita em contexto latino-americano

Existe um crescimento da extrema-direita por toda a parte do mundo inegável e o qual vem “batendo na nossa porta” há algum tempo (CRUZ; KAYSEL; CODAS, 2015). A vitória de Donald Trump nas eleições estadunidenses em 2016, apesar de que como todo o fenômeno histórico e político tenha sua individualidade e seja resultado de contextos particulares, já apontava esse crescimento das forças de direita e extrema-direita a nível internacional. Países como o Chile, a Argentina, a Colômbia, o Peru, o Paraguai são ou foram governados pela direita ou extrema-direita, só no caso da América do Sul, para a década iniciada em 2010.

O golpe político sofrido pelo presidente do Paraguai Fernando Lugo, em 2012, talvez apontasse a forte onda conservadora e reacionária que os países latino-americanos enfrentariam nos próximos anos. Fernando Lugo, ex-bispo católico chegou à presidência do Paraguai em 2008 após romper com os 60 anos do Partido Colorado no governo, sendo 35 anos de ditadura militar sob o comando do General Alfredo Stroessner (MARTÍNEZ-ESCOBAR; SÁNCHEZ-GÓMEZ, 2015).

Pode-se alegar que o prenúncio desse avanço da extrema-direita é sentido em todo o mundo, porém na América Latina esse fenômeno talvez seja compreendido dentro de uma lógica imperialista e neoliberal. No recente relatório divulgado pela Organização das Nações Unidas (ONU), é mostrado que 42,5 milhões de pessoas na América Latina e no Caribe passaram fome associada à subnutrição em 2018. Esse número equivale a 6,5% da população

do continente, conforme a pesquisa, que analisou o estado da segurança alimentar em todo o mundo (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2019). O aumento da pobreza em todos os continentes, e na América Latina em específico, está associado diretamente com a ação de políticas dos governos neoliberais, que chegaram ao poder por meio de golpes de Estado ou por fraudes eleitorais, organizadas pelo imperialismo estadunidense, que derrubaram, em muitos países, os governos nacionalistas de esquerda. Assim, a ascensão da extrema-direita, coincide exatamente com o início da operação golpista que o imperialismo tem montado na América Latina.

Na primeira década e início da segunda década deste século, diversos governos de esquerda surgiram no continente, motivados pela intensa crise dos regimes neoliberais que levaram a grandes mobilizações populares e até mesmo a revoluções – como ocorreu na Bolívia, “Guerra da Água em Cochabamba” em 2000 (PUELLO-SOCARRÁS, 2013, p. 21). Temos, também, o caso do *argentino*, em 2001, que reflete bem a tendência que se espalhava no continente Sul-Americano. Naquele país, a insatisfação de caráter popular e de grande parcela dos movimentos da classe trabalhadora argentina, que saíram às ruas com palavras de ordem como “¡Que se vayan todos!”, culminou com a derrubada em sequência de diversos presidentes e teve como resultado o kirchnerismo, que assumiu o poder como resultado do *argentino* (PÁDUA, 2009). No Brasil não foi diferente, a vitória política do candidato mais popular do pleito de 2002, só teve esse resultado por conta de um “acordo” que permitiu que o Partido dos Trabalhadores (PT) assumisse o poder. Esse acordo teve na figura de Luiz Inácio “Lula” da Silva, uma espécie de pacificador dos movimentos de trabalhadores que, desde a década de 1990, praticava greves em resposta a política neoliberal e privatista do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC).

Assim, a chegada ao poder por governos de caráter de centro-esquerda e progressistas na América Latina, ainda que de maneira limitada e negociada, correspondeu a uma tendência de mobilizações das massas trabalhadoras em todo o continente. É possível afirmar que a ascensão da esquerda, no início do século XXI, foi resultado da insurreição das massas no país e na América Latina. O próprio Lula, que concorreu nos pleitos de 1989, 1994, 1998, só teve condições de chegar ao poder em 2002 devido, em grande medida, aos resultados do mais completo fracasso da política neoliberal. No caso brasileiro, essa política passou por uma série de crises, tendo sido implantada por FHC, que quase levou o país à falência. De conjunto na América Latina, a situação chegou a tal ponto que aconteceu a insurreição no continente inteiro.

A pressão desses setores populares e de trabalhadores/as levou ao poder governos que praticavam, minimamente, uma política de redistribuição de renda, por meios de programas sociais, como o Bolsa Família, que tirou milhões de pessoas da linha da pobreza. Temos, também, o programa “Fome Zero”, criado em 2003, durante o primeiro mandato do presidente Lula, que visava combater a fome e suas causas estruturais. Esses programas nem de longe buscavam uma ruptura com a lógica capitalista, pelo contrário, eram reformas que visavam inserir uma parcela considerável da população no mercado de consumo interno, assim como no mercado formal de trabalho e de serviços.

O avanço da extrema-direita, pode ser lido como resultado direto de uma política internacional, que promove “revoluções coloridas” em estados tidos como periféricos ou de economias emergentes. Essas revoluções, como foi o caso da *Primavera Árabe*, da *Euromaidan* na Ucrânia (que desencadeou em uma guerra civil), ou das *Jornadas de Junho* no Brasil, tiveram uma característica em comum, e que pode ser reconhecida por meio do conceito de guerra híbrida (KORYBKO, 2015), onde uma das etapas é a desestabilização política, com o objetivo da derrubada de governos, sendo que para isso o papel fundamental dos monopólios da comunicação, que generalizam pautas difusas contra a corrupção e anti-sistêmicas.

Para Fernandes, no Brasil a *nova direita*, faz sucesso e ganha legitimidade com suas ideias “por conta do esgotamento de um modelo econômico desenvolvimentista que tinha como condutor central o Estado” (FERNANDES, 2017, p. 40-41), o que é incluído o apoio das potências estrangeiras, como os Estados Unidos, nesta empreitada neoliberal, como financeira do país.

Com isso, o avanço da extrema-direita é um fenômeno que está associado ao esgotamento do sistema capitalista, e da chegada ao poder de regimes completamente alinhados às políticas econômicas estadunidenses. Governos como o de Jair Bolsonaro, e de seu Ministro da economia, Paulo Guedes, alinham a economia nacional aos interesses externos, privatizando empresas, cortando os direitos mais democráticos e reprimindo a população, para assegurar que as riquezas cheguem aos bolsos dos monopólios internacionais (G1, 2019). Como pode ser observada no relatório da ONU, a política neoliberal tem levado a fome e a miséria para todos os países onde a direita se apossou do poder – no sentido de tornar as “vidas precárias”.

Segundo a filósofa Judith Butler, a “precariedade” é o que “designa a situação politicamente induzida nas quais determinadas populações sofrem as consequências da deterioração de redes de apoio sociais e econômicas mais do que outras, e ficam

diferencialmente expostas ao dano, à violência e à morte” (BUTLER, 2019, p. 40). Esse é o caso do Brasil de Bolsonaro.

As mulheres e o “29 de setembro de 2018”: “Uma manhã, eu acordei e ecoava: ele não, ele não, não, não”¹¹

No sábado de 29 de setembro de 2018 ocorreu um dos maiores atos políticos organizados, divulgados e protagonizados por mulheres no Brasil. O grupo *Mulheres Unidas contra Bolsonaro* criado no *Facebook* em 15 de setembro, em poucos dias impulsionou que milhares de mulheres, de diferentes cidades, regiões, idades, raças/etnias e classe social fossem às ruas. As maiores concentrações das manifestações ocorreram no Rio de Janeiro e São Paulo, além de cidades estrangeiras como Nova Iorque, Berlim, Lisboa, Paris e Barcelona. Segundo o site de notícias G1, o ato aconteceu em 114 cidades brasileiras (G1, 2018a). Não foram divulgados dados com o número total de manifestantes pela polícia militar, como vinham ocorrendo em manifestações pró e contra o governo da ex-presidenta Dilma Rousseff, entre 2013 e 2016. Acredita-se que no Largo da Batata, em São Paulo, tenha chegado a reunir-se 100 mil pessoas.

O grupo *Mulheres unidas contra Bolsonaro*, utilizado para a análise neste artigo, é o segundo grupo criado com esse propósito, pois o primeiro grupo foi invadido por *hackers*, que ocasionou a mudança no nome para *Mulheres unidas a favor de Bolsonaro*. Com o ataque, as administradoras e as moderadoras acabaram sendo excluídas do primeiro grupo, além dos constantes ataques que incluíam ameaças contra a vida delas. Com esse mesmo propósito foram criados grupos regionais, como *Mulheres unidas contra Bolsonaro SP* e *Mulheres unidas contra Bolsonaro RS*. Todos esses grupos rechaçavam os discursos proferidos pelo candidato do PSL à época, Jair Messias Bolsonaro, eram exclusivos para mulheres. Na descrição sobre o grupo está fixado o seguinte aviso:

Este grupo foi criado no intuito de apoiar o movimento existente #EleNão #EleNunca de mulheres contra o Bolsonaro. Quando o outro grupo caiu, nos mobilizamos e continuaremos no foco que é alertar outras mulheres sobre o candidato e lutarmos por um país mais justo. O grupo é suprapartidário. É impossível verificarmos tudo, contamos com a ajuda de vocês!

Assim, foi possível verificar que o objetivo do grupo, em suas primeiras postagens, entre setembro e outubro de 2018, era o de alertar quanto ao caráter misógino, machista e

¹¹ O subtítulo da seção refere-se à versão de “*Bella ciao*” – canção símbolo da resistência italiana ao fascismo. A autoria da letra brasileira é de Simone Soares e Flavia Simão. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IFfeQgvyj6Y>. Acessado em: 22 jul. 2019.

racista das declarações de Bolsonaro durante a campanha eleitoral pela presidência de 2018. Como recurso argumentativo, algumas integrantes do grupo recorreram às declarações prestadas por Bolsonaro ao longo de sua carreira política, com o intuito de demonstrar o quanto alguns sujeitos como mulheres, negros e LGBTQI+ vinham sendo estigmatizados e atacados por ele.

Dentre essas declarações, a mais destacada e a mais divulgada é o vídeo do ano de 2003, no qual Bolsonaro, ainda como deputado federal, afirma “que jamais estupraria [a deputada federal Maria do Rosário] porque ela não merece”. Além das agressões verbais, nesse mesmo vídeo Bolsonaro empurra Maria do Rosário (YOUTUBE, 2015a). Esse episódio ocorreu outras vezes, até mesmo em tribuna da Câmara dos Deputados em Brasília, como o fato de 2014 quando Bolsonaro alegou mais uma vez que “não a estupraria por ela ser muito feia”.¹²

No grupo, também foram realizadas postagens com o intuito de argumentar contra as muitas informações falsas (*fake News*) repercutidas e originadas no decorrer do pleito eleitoral, algumas dessas desinformações, foram disseminadas via aplicativo de mensagens privadas *Whatsapp*. Uma das mentiras construídas anteriormente foi a da existência de um *kit gay*, que se refere à ideia de uma suposta mamadeira cujo bico teria a forma da genitália masculina e que seria entregue às crianças nas escolas.

O suposto *kit gay* teria sua origem entre os anos de 2009 e 2010, segundo Bolsonaro “chegaria nas escolas um conjunto de livros, cartazes e filmes onde passariam crianças se acariciando e meninos se beijando. Não poderia concordar com isso...”, afirmou em entrevista concedida ao Jornal Nacional (Rede Globo), no dia 28 de agosto de 2018. Numa segunda entrevista, a esse mesmo jornal televisivo, Bolsonaro apresenta o livro infanto-juvenil *Aparelho Sexual e Cia* (2001),¹³ editado pela Cia das Letras, e afirmou que a obra era parte integrante do suposto *kit gay* (CARTA CAPITAL, 2018a). A sua fala com forte teor agressivo é respaldada pela intenção de proteger as crianças no ambiente escolar, ao mesmo tempo que se fundamenta em política antigênero.¹⁴

¹² Por determinação judicial Jair Bolsonaro teve que prestar retratação pública com um pedido de desculpas à Maria do Rosário, além de uma indenização financeira, em 2019.

¹³ Esse livro de origem francesa tem como público-alvo professores e professoras responsáveis pela educação de crianças maiores de 11 anos, não fazendo referência a gênero e, sim, sobre educação sexual.

¹⁴ Uma análise da entrevista de Bolsonaro concedida ao Jornal Nacional (Rede Globo), em 28 de agosto de 2018 foi analisada por Julia Lery e Paulo Basilio Santana (2021), com o enfoque nos critérios de verdade e veracidade de sua narrativa.

Como maneira de reverter à disseminação inverossímil do *kit gay* no grupo *Mulheres Unidas contra Bolsonaro*, uma das medidas adotadas foi o diálogo com as pessoas que acreditavam ou tinham dúvidas sobre o fato. Os seguintes argumentos foram realizados:

[...] 2) Em 2011 foi encomendado e produzido um material chamado "Escola sem homofobia". Mas setores conservadores do Congresso protestaram e esse material NUNCA chegou a ser entregue nas escolas. Repetindo, não foi entregue, então tudo o que se diz que chegou até uma escola como sendo um "kit gay" do governo federal é mentira.

3) Mas vamos entender melhor o que aconteceu, se tem alguma verdade nas Fake News sobre o assunto que todo mundo já recebeu. Fernando Haddad era Ministro da Educação no momento? Sim, ele era. Veio do MEC a ideia de produzir o material? Não. Foi a Comissão de Direitos Humanos da Câmara que fez a proposta e o Ministério Público que cobrou do MEC tomar a providência. E então o MEC contratou uma ONG especializada no assunto para produzir o material.

4) Agora vamos entender como isso virou um escândalo. Enquanto o material ainda estava na mesa do Haddad para a aprovação políticos conservadores como Magno Malta e Garotinho começaram a espalhar mentiras. Destacando: eles inventaram coisas sobre algo que eles não conheciam e não sabiam do que se tratava já que o material ainda estava em fase de aprovação.

Uma das primeiras estratégias foi pegar um material produzido pelo Ministério da Saúde para caminhoneiros e prostitutas sobre prevenção da AIDS e outras DSTS e espalhar que aquilo era o material do MEC para as escolas. Claro que a linguagem desse material do Ministério da Saúde era inadequada para crianças já que servia a outro propósito.

5) Como essa história termina? No ano seguinte, quando Dilma assumiu a presidência, diante de toda a confusão, ela simplesmente vetou o material. Que nunca chegou a nenhuma escola (...). (POSTAGEM de 13 de outubro de 2018).

A postagem acima faz referência ao material *Escola sem homofobia*, que foi desenvolvido por meio de um convênio firmado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), e nunca tendo chegado às escolas brasileiras, pois, em 2011, quando estava pronto para ser impresso, setores conservadores da sociedade e do Congresso Nacional iniciaram uma campanha contra o projeto. Nas acusações feitas, o *kit gay* - como acabou pejorativamente conhecido - era responsável por "estimular o homossexualismo e a promiscuidade".¹⁵ O governo cedeu à pressão e suspendeu o projeto e toda a campanha construída contra o chamado *kit gay* e, talvez tenha contribuído para "a direita brasileira a mobilizar o pânico moral" (J. L. MIGUEL, 2017 apud MIGUEL, 2021, p. 6).¹⁶

¹⁵ Oliveira Júnior e Maio (2017) analisam as disputas em relação ao projeto "Escola sem Homofobia".

¹⁶ Segundo, Luís Felipe Miguel (2021, p. 6) "o pânico moral é ferramenta para promover uma mobilização rápida, apaixonada e imune ao debate. Afinal, os 'valores' são entendidos como o fundamento de nosso eu; aceitar o questionamento deles é desestabilizar quem nós somos. A reação é altamente emocionalizada; a ameaça, percebida como iminente e devastadora, exige uma resposta contundente, não ponderação ou conversa".

Por meio de uma inverdade, a ideia da existência de um *kit gay* foi disseminada entre políticos conservadores, reacionários e de caráter homofóbico, ou seja, a bancada de políticas antigênero.¹⁷ No grupo analisado nos dias antecedentes à primeira manifestação, algumas mulheres postaram “motivos para não votar em Bolsonaro”. Sendo um dos primeiros motivos são as suas declarações contra os sujeitos LGBTQI+ como afirmou “se eu vir dois homens se beijando na rua, vou bater” (SUWWAN, 2002); “O filho começa a ficar assim, meio gayzinho, leva um couro e muda o comportamento dele” (YOUTUBE, 2011a); “Seria incapaz de amar um filho homossexual. Não vou dar uma de hipócrita aqui: prefiro que um filho meu morra num acidente do que apareça com um bigodudo por aí. Para mim ele vai ter morrido mesmo” (TERRA, 2011); “Ensinar para a criança que ser gay é normal? Não!” “Eu não deixaria meu filho de 5 anos de idade brincar com o filho da mesma idade filho de um casal gay” (YOUTUBE, 2015b).

Essas falsas notícias remetiam ao gênero como algo negativo, danoso e a ser exterminado. Os discursos recorriam a moral, aos bons costumes das famílias – famílias nucleares, heterossexuais compostas por homem, mulher e filhos, assim como, o apelo a religião divulgado no próprio *slogan* da campanha do PSL - “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos”¹⁸ e correspondiam dentro da lógica da ideologia de gênero¹⁹ pregada por Bolsonaro e seus apoiadores.

As argumentações das mulheres participantes do grupo, também refletiam sobre o posicionamento racista de Jair Bolsonaro, presente em diversos momentos de sua trajetória política. Um desses episódios é quando utilizou o termo “arroba”²⁰ para referir-se às pessoas quilombolas, tendo enfatizado que essas pessoas não serviriam “nem para procriar”, fato ocorrido em palestra na Sociedade Hebraica Rio, em 03 de abril de 2017 (YOUTUBE, 2017). Outro caso é a resposta a uma pergunta feita pela cantora brasileira Preta Gil, que lhe questionou se Bolsonaro aceitaria que seu filho casasse com uma mulher negra. O mesmo respondeu que “não teria chances de seus filhos se casarem com uma negra, porque os educou bem, longe de um ambiente promíscuo como o dela” (YOUTUBE, 2011b). Também

Sendo que a sexualidade e as pessoas consideradas enquanto os “desviantes” sexuais têm estado no centro da discussão e dos ataques.

¹⁷ É preciso ressaltar que outros projetos políticos, seja na área da educação, da saúde ou jurídica, foram confrontados por essa bancada antigênero, que pode ser aprofundado no artigo de Flavia Melo (2020).

¹⁸ O *slogan* da campanha do PSL pode ser entendido em dois sentidos: o primeiro significa o bordão adotado pelos paraquedistas do exército, a partir de 1985 no Brasil (Bolsonaro é um ex-paraquedista do Exército brasileiro); o segundo é referente à semelhança com o *slogan* da Alemanha nazista de Hitler “*Deutschland über alles*” – “Alemanha acima de tudo”.

¹⁹ O termo da ideologia de gênero, no que se refere seu caráter usado pela política conservadora e reacionária possui uma origem religiosa que pode ser vista nos trabalhos de Melo (2020) e Miguel (2021).

²⁰ Era o termo utilizado no período da escravidão no Brasil como unidade de medida de escravizados.

ocorreram menções negativas às políticas de ações afirmativas em universidades públicas, como quando afirmou “não aceitaria entrar num avião operado por um cotista ou ser operado por um médico cotista” (CARTA CAPITAL, 2018b).

O outro tópico dos argumentos levantados são os que revelam o caráter machista de Bolsonaro, sobre esse tópico no grupo encontram-se muitas postagens sendo o fator que, de certa forma, reuniu mulheres diferentes, com posicionamentos distintos em um mesmo grupo e dispostas a participar dos atos nas ruas. A declaração mais visualizada e reproduzida é a que Bolsonaro, em entrevista a um programa de entretenimento da TV, afirma que sua “única filha veio de uma fraquejada”, como demonstração de desprezo pelas mulheres. Em outras vezes declarou que mulheres deveriam ganhar menos que os homens porque engravidam – “Eu não empregaria com o mesmo salário” (YOUTUBE, 2016). Sendo um dos autores do Projeto de Lei nº 6.055/2013 (BRASIL, 2013b), que previa a retirada da obrigatoriedade do atendimento às vítimas de estupro nas unidades públicas de saúde. Como, também, votou a favor da redução da licença maternidade.

Na época que a *hashtag* #EleNão passa a ganhar visibilidade nas redes sociais, o movimento a favor do candidato também surge o #EleSim. Somente para uma breve análise, a Imagem 1 desenvolvida pelo Laboratório de Estudos de Imagem e Cibercultura (Labic), da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) realizou uma pesquisa comparando as duas *hashtags* na plataforma do *Twitter*. Sendo que as comunidades identificadas em tons de rosa e roxo estão as usuárias que repercutiram o #EleNão, enquanto as comunidades identificadas em azul repercutiram o #EleSim.

Imagem 1: Grafo elaborado pelo LABIC/UFES - setembro de 2018



Fonte: Desenvolvido pelo LABIC/UFES (BECKER, 2018).

O debate construído nas redes sociais proporcionou que mulheres diferentes se integrassem e enxergassem a necessidade de “aparecer” por meio da “assembleia”. A reunião em público de sujeitos diversos tem o objetivo de serem vistos e ouvidos na forma de presença política e como uma força plural. Essa é a tese levantada por Judith Butler (2019), no livro *Corpos e aliança e a política das ruas* fundamental para entender o fenômeno do #EleNão. A autora vai sustentar que:

[...] quando corpos se unem como o fazem para expressar sua indignação e para representar sua existência plural no espaço público, eles também estão fazendo exigências mais abrangentes: estão reivindicando reconhecimento e valorização, estão exercitando o direito de aparecer, de exercitar a liberdade, e estão reivindicando uma vida que possa ser vivida (BUTLER, 2019, p. 33).

Como já dito, o #EleNão aglutinou outras demandas além das apontadas por mulheres, como a defesa pela democracia e dos direitos humanos. Uma vez que Bolsonaro nunca escondeu ser um adorador e defensor da Ditadura Civil-Militar de 1964, e de um notório torturador.²¹ É importante pensarmos que as manifestações foram capazes de reunir milhares de mulheres, e também homens e outros sujeitos que iam contra o pensamento e as atitudes do candidato do PSL. Contudo, o protagonismo foi e vem sendo exercido pelas mulheres, uma vez que no período das pesquisas eleitorais 52% do eleitorado feminino rejeitava Bolsonaro, algo que não acontecia com os/as demais candidatos/as.²²

Em relação ao grupo *Mulheres unidas contra Bolsonaro*, o mesmo no período eleitoral se fez presente em muitas das discussões levantadas, sendo o caráter suprapartidário ou apartidário uma das opções de manutenção do coletivo digital e unificado. Nesses debates foi possível enxergar como algumas mulheres se afastavam quando se mencionava a possibilidade de voto no candidato do Partido dos Trabalhadores, o Professor universitário e ex-ministro da Educação do Governo Lula, Fernando Haddad. No entanto, até o final do pleito eleitoral que acabou elegendo Jair Bolsonaro o grupo manteve-se em disputa política e de movimentação on-line e off-line, o que foi comprovado com a organização do segundo ato em 20 de outubro de 2018. Na atualidade, o grupo ainda está ativo e nomeado como *Mulheres unidas pela democracia* e suas postagens estão relacionadas às mudanças e as decisões que o atual governo vem tomando, porém, de forma esporádica. O #EleNão talvez reflita ainda mais

²¹ Sobre os discursos de Jair Bolsonaro e as memórias negacionistas difundidas acerca do período da Ditadura Civil-Militar brasileira ver em Caroline Silveira Bauer (2019).

²² Na pesquisa Ibope sobre as eleições presidenciais de 2018 divulgada em 24 de setembro, 54% das mulheres disseram que não votariam em Bolsonaro de jeito nenhum, enquanto entre os homens essa rejeição é de 37% (G1, 2018b).

nas próximas eleições, num pensamento otimista, pois essas manifestações foram capazes de incluir mulheres na cena pública como agentes políticas.

O exercício de análise de mídias digitais, ou seja, aquelas criadas no espaço virtual, pode ser visto como algo recente na historiografia brasileira. Todavia, de forma gradual a disciplina histórica está se aproximando dessas mídias, e esse movimento é necessário para que ocorram mais investigações de eventos recentes, como o #EleNão e para a legitimação de uma História Digital.

Fontes

BRASIL. Projeto de Lei nº 5.069, de 2013a. Acrescenta o art. 127-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Câmara dos Deputados, Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Disponível em: <https://bit.ly/3EUzK2R>. Acessado em: 28 set. 2021.

BRASIL. Projeto de Lei nº 6.055, de 2013b. Revoga-se a Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013, que "dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral, às pessoas vítimas de violência sexual". Disponível em: <https://bit.ly/3CRWu1y>. Acessado em: 28 set. 2021.

Referências

ALMEIDA, Fábio Chang de. O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. *Aedos*, Porto Alegre, n. 8, v. 3, p. 9-30, jan./jun. 2011.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. São Paulo: Boitempo, 2019.

BAUER, Caroline Silveira. La dictadura cívico-militar brasileña en los discursos de Jair Bolsonaro: usos del pasado y negacionismo. *Relaciones Internacionales*, v. 28, nº 57, 10 dic. 2019, p. 37-51.

BECKER, Fernanda. #EleNão: Após tomar as redes, movimento liderado por mulheres contra Bolsonaro testa força nas ruas. *El País*, 30 set. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3okuJKW>. Acessado em: 28 set. 2021.

BUTLER, Judith. **Corpos em Aliança e a Política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CALDEIRA NETO, Odilon. Breves reflexões sobre o uso da Internet em pesquisas historiográficas. *Revista Eletrônica Boletim do TEMPO*, Rio de Janeiro, Ano 4, n. 20, 2009. Disponível em: <http://www.tempopresente.org>. Acessado em 22 jul. 2019.

CARTA CAPITAL. Eleito, Bolsonaro insiste em fakenews sobre kit gay. *Carta Capital*, 30 out. 2018a. Disponível em: <https://bit.ly/3ASi3yj>. Acessado em: 28 set. 2021.

CARTA CAPITAL. Bolsonaro em 25 frases polêmicas. *Carta Capital*, 29 out. 2018b. Disponível em: <https://bit.ly/3zREQJc>. Acessado em: 28 set. 2021.

CORREIO BRAZILIENSE. Após ser hackeada, página ‘Mulheres Unidas contra Bolsonaro’ volta ao ar. *Correio Braziliense*, 16 set. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3kOOK3Z>. Acessado em: 28 set. 2021.

CRUZ, Sebatião Velasco; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo. **Direita, volver!** : o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

ERGAS, Yasmine. O sujeito mulher: O feminismo dos anos 1960-1980. In: DUBY, Geroges; PERROT, Michelle (orgs.). **História das Mulheres no Ocidente**. Vol. 5: o século XX. Edições Afrontamento: Porto; Edbrasil: São Paulo, 1991.

FERNANDES, Jean Lucas Macedo. Direitas partidárias na América Latina do século XXI. **Leviathan**, Cadernos de Pesquisa Política, São Paulo, n. 14, pp.26-50, 2017.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Explosão Feminista**: arte, cultura, política e universidade. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

KORYBKO, Andrew. **Guerras Híbridas**: A abordagem adaptativa indireta com vistas à troca de regime. Projeto do Institute for Strategic Studies and Predictions PFUR. Moscou: People's Friendship University of Russia, 2015.

LAITANO, Bruno Grigoletti. **Digitalizar o arquivo, arquivar o digital**: a história e suas fontes diante das velhas e novas tecnologias. Orientadora: Caroline Silveira Bauer. 2021. 108f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2021.

LERY, Julia; SANTANA, Paulo Basilio. Veracidade e narrativa: os critérios de verdade na entrevista de Bolsonaro ao Jornal Nacional. **Intercom – RBCC**, São Paulo, v. 44, n. 2, p.189-199, maio/ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1809-58442021210>.

MARTÍNEZ-ESCOBAR, Fernando; SÁNCHEZ-GÓMEZ, José Tomás. O golpe parlamentar no Paraguai. A dinâmica do sistema de partidos e o poder destituente do Congresso. In: CRUZ, Sebatião Velasco; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo. **Direita, volver!** : o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 279-294.

MELO, Flávia. Não é fumaça, é fogo! Cruzada antigênero e resistências feministas no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 3, p. 1-16, 2020.

MÉNDEZ, Natalia Pietra. **Intelectuais feministas no Brasil dos anos 1960**: Carmen da Siva, Heleieth Saffioti, Rose Marie Muraro. Jundiaí/SP: Paco, 2018.

MIGUEL, Luis Felipe. O mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema direita brasileira. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 62, 2021, pp. e216216. <http://dx.doi.org/10.1590/18094449202100620016>

OLIVEIRA JÚNIOR, Isaias Batista de; MAIO, Eliane Rose. “Não vai ser permitido a nenhum órgão do governo fazer propaganda de opções sexuais”: o discurso inaugural no “desagendamento” do kit gay do MEC. **Revista e-Curriculum**, v. 15, n. 1, pp.125-52, 2017.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. Fome aumenta no mundo e atinge 820 milhões de pessoas, diz relatório da ONU. 15 jul. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2Y7OWsO>. Acessado em: 28 set. 2021.

PÁDUA, Danilo Destro. **“Que se vayan todos!”**: “Piqueteros” e a agenda neoliberal na Argentina (1989-2001). Orientador: José Alves de Freitas Neto. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas/SP, 2009.

PONS, Anaclet; EIROA, Matilde. Dossier Historia Digital: una apuesta del siglo XXI. **Ayer**, Madrid, v. 2, n. 110, 2018. Disponível em: <http://bit.ly/2TP76e7>. Acessado em: 28 set. 2021.

PUELLO-SOCARRÁS, José Francisco. Ocho tesis sobre el Neoliberalismo (1973-2013). In: RAMÍREZ, Hernán (Org.). **O neoliberalismo sul-americano em clave transnacional: enraizamento, apogeu e crise**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2013.

ROSSI, Amanda; CARNEIRO, Julia Dias; GRAGNANI, Juliana. **BBC Brasil**, São Paulo, 30, setembro. 2018. #EleNãO: A manifestação histórica liderada por mulheres no Brasil vista por quatro ângulos. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>. Acessado em: 22 jul. 2019.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, vol. 20, n. 2, Porto Alegre, 1995.

SCOTT, Joan W. **A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem**. Trad. Élvio A. Funck. Florianópolis: Editora Mulheres, 2002.

SILVA, Jacilene Maria. **Feminismo na atualidade: a formação da quarta onda**. Recife: Independently published, 2019.

SOIHET, Rachel. **Feminismos e antifeminismos: mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

SUWWAN, Leila. Reações variaram de repúdios a declarações contra o homossexualismo; projeto de lei tramita há mais de seis anos. **Folha de São Paulo**, 19 mai. 2002. Disponível em: <https://bit.ly/3CLUFDk>. Acessado em: 28 set. 2021.

TELES, Maria Amélia Almeida. Caminhos Transversais dos feminismos e dos movimentos sociais. In: RIAL, Carmen; PEDRO, Joana Maria; FÁVERO, Sílvia Maria. **Diversidades: dimensões de gênero e sexualidade**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010.

Sites

G1. Protestos contra Bolsonaro ocorrem em 26 estados e DF; atos a favor, em 16. **G1**, 29 set. 2018a. Disponível em: <https://glo.bo/3zQBjeq>. Acessado em: 28 set. 2021.

G1. Pesquisa Ibope para presidente: Bolsonaro, 28%; Haddad, 22%; Ciro, 11%; Alckmin, 8%; Marina, 5%. **G1**, 24 set. 2018b. Disponível em: <https://glo.bo/3ogdVER>. Acessado em: 28 set. 2021.

G1. Santander Brasil tem lucro de R\$ 3,4 bilhões no segundo trimestre. **G1**, 23 jul. 2019a. Disponível em: <https://glo.bo/2WqAv2g>. Acessado em: 28 set. 2021.

TERRA. Bolsonaro: “prefiro filho morto em acidente a um homossexual”. **Terra**, 8 jun. 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3moSkb1>. Acessado em: 28 set. 2021.

YOUTUBE. Bolsonaro defende surra para mudar “filho gayzinho”. **Youtube**, 2011a. Disponível em: <https://bit.ly/3iixw3c>. Acessado em: 28 set. 2021.

YOUTUBE. Deputado Jair Bolsonaro ataca os negros no programa CQC. **Youtube**, 2011b. Disponível em: <https://bit.ly/3AU0bDa>. Acessado em: 28 set. 2021.

YOUTUBE. Maria do Rosário vs Jair Bolsonaro, ano 2003. **Youtube**, 2015a. Disponível em: <https://bit.ly/3CS2bws>. Acessado em: 28 set. 2021.

YOUTUBE. Polêmica: Bolsonaro diz que gays são fruto de uma educação frouxa. **Youtube**, 2015b. Disponível em: <https://bit.ly/2ZF12MZ>. Acessado em: 28 set. 2021.

YOUTUBE. Bolsonaro diz que não pagaria a mulheres o mesmo salário dos homens. **Youtube**, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3manyCf>. Acessado em: 28 set. 2021.

YOUTUBE. Discurso neonazista do Bolsonaro na Hebraica Rio. **Youtube**, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3APXXoB>. Acessado em: 28 set. 2021.